



## **COMISSÃO DE REDAÇÃO**

### **Redação Final ao Projeto de Lei nº 238/11**

Dispõe sobre a concessão de nova placa, pelo DETRAN-PR, ao proprietário de veículo automotor que tiver placa clonada.


**Art. 1º-** O proprietário de veículo automotor, cuja placa tiver sido clonada, terá direito à substituição da mesma, após a comprovação efetiva da clonagem, mediante processo administrativo.

**Parágrafo Único:** O novo emplacamento e a nova documentação do veículo a que se refere o *caput* serão providenciados pelo Detran-Pr sem custos para o proprietário.

**Art. 2º -** Concedida a nova placa, será imediatamente dado baixa no sistema da placa anterior.

**Art. 3º -** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 08 de novembro de 2011.

  
**ALEXANDRE CURI**  
**PRESIDENTE**

  
**RELATOR**



## **COMISSÃO DE REDAÇÃO**

### **Redação Final ao Projeto de Lei nº 256/11**

**Ementa:** Dispõe sobre a obrigatoriedade de higienização dos óculos utilizados para os filmes em terceira dimensão (3D).

**Art. 1º** - Ficam os cinemas e demais estabelecimentos que exibem filmes em terceira dimensão (3D) obrigados a promover a higienização nos óculos acessórios disponibilizados aos espectadores.

**§ 1º** - A higienização deverá obedecer às recomendações dos fabricantes e demais normas pertinentes.

**§ 2º** - Após a higienização, os óculos serão embalados individualmente em plástico estéril com fechamento a vácuo.

**Art. 2º** - A devolução dos óculos após a sessão cinematográfica isenta o espectador da cobrança de qualquer taxa extra pela sua utilização.

**Art. 3º** - Não se aplica o disposto nesta lei quando se tratar de óculos descartáveis, que não podem ser reutilizados.

**Art. 4º** - O descumprimento do disposto nesta lei sujeitará o infrator, às seguintes sanções:

- I – Advertência por escrito;
- II – Multa de 50 Unidades Padrão Fiscal do Paraná (UPF/PR);
- III – Cassação da Inscrição Estadual.

**Art. 5º** - O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 90 (noventa) dias a contar da data da sua publicação.




# ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

**Art. 6º** - Os estabelecimentos previstos no caput do art. 1º deverão se adaptar às disposições desta lei no prazo de 120 (cento e vinte) dias a contar da data da sua publicação.

**Art. 7º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 07 de novembro de 2011.



ALEXANDRE CURI  
PRESIDENTE



RELATOR





## **COMISSÃO DE REDAÇÃO**

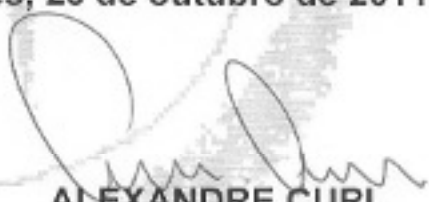
### **Redação Final ao Projeto de Lei nº 437/11**

**Ementa:** Institui o "Dia Estadual da Adoção" a ser comemorado, anualmente, no dia 25 de maio.

**Art. 1º-** Fica instituído no Calendário Oficial do Estado do Paraná o "Dia Estadual da Adoção", a ser comemorado, anualmente, no dia 25 de maio.

**Art. 2º -** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Sala das Comissões, 26 de outubro de 2011.**

  
**ALEXANDRE CURTI**  
**PRESIDENTE**

  
**RELATOR**











## **COMISSÃO DE REDAÇÃO**


### **Redação Final ao Projeto de Lei nº 446/11**

Institui o "Dia do Resgate dos Valores Morais, Sociais, Éticos e Espirituais" no Calendário Oficial do Estado do Paraná.

**Art. 1º - Fica instituído no Calendário Oficial do Estado do Paraná o "Dia do Resgate dos Valores Morais, Sociais, Éticos e Espirituais" a ser celebrado, anualmente, no dia 25 de agosto.**

**Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.**


**Sala das Comissões, 08 de novembro de 2011.**



**ALEXANDRE CURI**  
**PRESIDENTE**



**RELATOR**





## **COMISSÃO DE REDAÇÃO**


### **Redação Final ao Projeto de Lei nº 466/11**

**Ementa:** Concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná a Senhora Ermida Nezari.

**Art. 1º-** Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná a Senhora Ermida Nezari.

**Art. 2º -** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Sala das Comissões, 07 de novembro de 2011.**

  
**ALEXANDRE CURI**  
**PRESIDENTE**

  
**RELATOR**




## **COMISSÃO DE REDAÇÃO**

### **Redação Final ao Projeto de Lei nº 486/11**

**Ementa:** Denomina "Otávio Dias Chaves" o Viaduto situado no Km 108 da PR 317, no acesso ao Aeroporto Regional de Maringá, Silvio Name Júnior.

**Art. 1º-** Fica denominado "Otávio Dias Chaves" o Viaduto situado no Km 108 da PR 317, no acesso ao Aeroporto Regional de Maringá Silvio Name Júnior.

**Art. 2º -** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Sala das Comissões, 07 de novembro de 2011.**

  
**ALEXANDRE CURI**  
**PRESIDENTE**

  
**RELATOR**



## **COMISSÃO DE REDAÇÃO**

### **Redação Final ao Projeto de Lei nº 555/11**

Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação, ao Município de Porecatu, do imóvel que especifica.

**Art. 1º** - Fica autorizado o Poder Executivo a efetuar a doação, ao Município de Porecatu, do imóvel constituído por área de 8.000,00 m<sup>2</sup>, formado pela Quadra nº 92, Matrícula sob nº 2.582, do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Porecatu.

**Art. 2º** - O imóvel doado fica gravado com cláusula de inalienabilidade e impenhorabilidade e só poderá ser utilizado para o funcionamento do Serviço de Obras Sociais – SOS, retornando ao patrimônio do Estado em caso de outra destinação.

**Art. 3º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 08 de novembro de 2011.

**ALEXANDRE CURI**  
• PRESIDENTE

**RELATOR**



## **COMISSÃO DE REDAÇÃO**

### **Redação Final ao Projeto de Lei nº 587/11**

Cria cargos no Quadro dos Servidores do Ministério Público do Estado do Paraná, transforma os cargos de provimento em comissão que especifica.

Art. 1º. Ficam criados no Quadro dos Servidores do Ministério Público do Estado do Paraná os seguintes cargos:

I – 32 (trinta e dois) cargos efetivos de técnico superior, para compor o Grupo Ocupacional Superior;

II – 40 (quarenta) cargos efetivos de auxiliar técnico, para compor o Grupo Ocupacional Intermediário;

III – 40 (quarenta) cargos efetivos de auxiliar administrativo, para compor o Grupo Ocupacional Básico;

IV – 11 (onze) cargos de provimento em comissão, símbolo DAS-3;

V – 14 (quatorze) cargos de provimento em comissão, símbolo DAS-4;

VI – 64 (sessenta e quatro) cargos de provimento em comissão de Assessor de Promotoria, símbolo DAS-5.

§ 1º. Ficam transformados 05 (cinco) cargos de provimento em comissão de vice-diretor de departamento e 01 (um) de coordenador de informática, símbolo DAS-5, em 06 (seis) cargos de provimento em comissão de Assessor de Promotoria de Justiça, símbolo DAS-5.

§ 2º. A descrição das atribuições dos cargos previstos neste artigo e outras características atinentes às suas funções serão definidas em ato a ser expedido pelo Procurador-Geral de Justiça.

§ 3º. O provimento dos cargos efetivos previstos neste artigo dar-se-á no nível inicial dos respectivos Grupos Ocupacionais, a partir de 1º de janeiro de 2012.

§ 4º. No provimento dos cargos em comissão previstos nesta Lei será observado o disposto nos artigos 1º e 2º da Lei nº 16.559, de 06 de agosto de 2010.

Art. 2º. Os servidores ocupantes dos cargos a que se refere esta Lei terão lotação na Procuradoria-Geral de Justiça e serão distribuídos nos órgãos do Ministério Público e suas unidades administrativas por ato do Procurador-Geral.

Art. 3º. A investidura nos cargos efetivos criados na forma do artigo 1º, dependerá de aprovação prévia em concurso público, considerando-se os requisitos essenciais definidos em lei e regulamentação específica.

Art. 4º. A remuneração dos servidores que vierem a preencher os cargos criados por esta Lei corresponde aos valores constantes das Tabelas I, II e III do Anexo I, dos Anexos IV e V do Quadro dos Servidores do Ministério Público do Paraná.

Art. 5º. Os cargos criados por esta Lei serão providos na medida da necessidade do serviço, observada a existência de disponibilidade orçamentária e financeira e demais exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 6º. A progressão na carreira dar-se-á de acordo com o disposto no artigo 5º, incisos I e II, da Lei nº 11.455, de 10 de julho de 1996.

Art. 7º. As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão à conta da dotação orçamentária própria do Ministério Público do Estado do Paraná.

Art. 8º. Fica revogado o § 3º do artigo 15 da Lei nº 11.455, de 10 de julho de 1996.

Art. 9º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 08 de novembro de 2011.

  
**ALEXANDRE CURI**  
**PRESIDENTE**

  
**RELATOR**







## **COMISSÃO DE REDAÇÃO**


### **Redação Final ao Projeto de Lei nº 595/11**


**Ementa:** Denomina "Prefeito Dirceu Diogo Portugal" a avenida marginal da PRC- 466, no Município de Pitanga.



**Art. 1º.** Fica denominada "Prefeito Dirceu Diogo Portugal" a avenida marginal da PRC- 466, no Município de Pitanga.

**Art. 2º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Sala das Comissões, 26 de outubro de 2011.**

  
**ALEXANDRE CURI**  
**PRESIDENTE**

  
**RELATOR**



## **COMISSÃO DE REDAÇÃO**


### **Redação Final ao Projeto de Lei nº 635/11**


**Ementa:** Denomina "Valério Bueno de Lima" a trincheira da PR-670 sob a BR-277, que dá acesso ao Município de Diamante do Sul.

**Art. 1º-** Fica denominada "Valério Bueno de Lima" a trincheira da PR-670 sob a BR-277, que dá acesso ao Município de Diamante do Sul.

**Art. 2º -** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Sala das Comissões, 07 de novembro de 2011.**

  
**ALEXANDRE CURI**  
**PRESIDENTE**

  
**RELATOR**



## **COMISSÃO DE REDAÇÃO**


### **Redação Final ao Projeto de Lei nº 711/11**

Concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Monsenhor Sigismundo Gadnec (*in memorian*).

**Art. 1º**- Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Monsenhor Sigismundo Gadnec (*in memorian*).

**Art. 2º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 08 de novembro de 2011.



**ALEXANDRE CURÍ**  
**PRESIDENTE**



**RELATOR**





## **COMISSÃO DE REDAÇÃO**

### **Redação Final ao Projeto de Lei nº 715/11**

Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação, à APAE do Município de Figueira, do imóvel que especifica.

**Art. 1º** – Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a doação, à APAE do Município de Figueira, de área com 2.503,01 m<sup>2</sup>, constituída dos lotes 01, 02, 03, 14, 15, 16 da Quadra 6, com edificação de alvenaria, matriculados sob os nºs 7.802, 7.803, 7.804, 7.805, 7.806 e 7.807 do Registro de Imóveis da Comarca de Curiúva.

**Art. 2º** – O imóvel em questão, que fica gravado com cláusula de inalienabilidade e impenhorabilidade, será usado exclusivamente para desenvolvimento de serviço de assistência social aos excepcionais, retornando ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa.

**Art. 3º** – A APAE terá o prazo de 02 (dois) anos para regularização cartorial da titularidade do imóvel doado, caso contrário, o imóvel retornará ao patrimônio do Estado.

**Art. 4º** – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 08 de novembro de 2011.

**ALEXANDRE CURI**  
**PRESIDENTE**

**RELATOR**



## COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Resolução nº 027/11

Ementa: Aprova a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados, mês de setembro de 2011. Resoluções 003/2004 e 003/2009.

Art. 1º - Fica aprovada a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados, previstas na Resolução nº 003/2004, com as modificações contidas na Resolução nº 003/2009, referente ao mês de setembro de 2011.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 07 de novembro de 2011.

  
**ALEXANDRE CURI**  
**PRESIDENTE**

  
**RELATOR**



## PROJETO DE LEI Nº 377 /2011




**Súmula:** Reversão do imóvel especificado ao patrimônio do Município de Santa Tereza do Oeste. O imóvel cedido não cumpriu a finalidade destinada para construção de um destacamento da Polícia Militar<sup>1</sup>.

Art. 1º O Poder Executivo, na forma da lei, procederá a reversão ao patrimônio do Município de Santa Tereza do Oeste, do lote urbano nº 09 (nove), da quadra 124 (cento e vinte e quatro), com área de 525,00 m<sup>2</sup>, sem benfeitorias, do loteamento Cidade e Chácaras Santa Tereza/PR, com divisas e confrontações constantes da Matrícula nº 16269, do 2º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Cascavel, doado ao Estado do Paraná, através da Lei Municipal nº 227 de 02/05/97.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 03 de maio de 2011.

  
**ARTAGÃO JÚNIOR**  
**DEPUTADO ESTADUAL**

<sup>1</sup> Reedição do PL 220/2009 com fulcro no Art. 126 do Regimento.





*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**JUSTIFICATIVA:**

O presente projeto de lei tem o objetivo de autorizar o Poder Executivo a proceder a reversão do imóvel descrito ao patrimônio do Município de Santa Tereza do Oeste.

O imóvel especificado foi doado para o Estado do Paraná com o intuito de que fosse construído um destacamento da Polícia Militar, o que à época não foi feito.

Anos mais tarde, através da Lei Municipal nº 629/07 foram doados outros dois lotes urbanos para atender à finalidade disposta na primeira doação.

O destacamento foi efetivamente construído nesta nova área, sem que houvesse solução para o imóvel anteriormente doado, ou seja, não se fez permuta entre os imóveis, ou mesmo a reversão daquele ao patrimônio do Município.

Ressalte-se que os lotes urbanos doados posteriormente somam área maior do que o constante na Lei Municipal nº 227, de 02/05/97.

Não bastasse esta situação, que equivocadamente gera enriquecimento sem causa ao Estado do Paraná, há que se observar o fato de o Município estar buscando a implantação de uma unidade da mulher e da criança em sua área urbana.

Ocorre que não há disponibilidade de áreas urbanas, nos moldes impostos pelo programa estadual de saúde, o que inviabilizaria a inserção do Município de Santa Tereza do Oeste.

Some-se a isso o fato de que o imóvel doado em 1997 está plenamente disponível, vez que não há qualquer projeto ou aparato estatal nele sediado, tampouco benfeitorias de qualquer ordem ou natureza.

Nesta conformidade, apresentamos este projeto de lei ao crivo parlamentar desta egrégia Casa Legislativa, convencidos do voto positivo de ampla maioria dos senhores membros.



**PARECER AO PROJETO DE LEI 377/11**

**Projeto de Lei nº 377/11**

**Autor: Deputado Estadual Artagão Junior**

**Súmula: Reversão do Imóvel Específica ao Patrimônio do Município de Santa Tereza do Oeste. O Imóvel cedido não cumpriu a Finalidade destinada para Construção de um Destacamento da Polícia Militar.**

**EMENTA: REVERSÃO DE IMÓVEL AO MUNICÍPIO DE SANTA TEREZA DO OESTE. POSSIBILIDADE. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. CONSTITUCIONALIDADE. PARECER FAVORÁVEL.**

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Artagão Junior tem como finalidade autorizar o Poder Executivo a promover a reversão ao Patrimônio do Município de Santa Tereza do Oeste, um lote urbano cedido ao Estado para construção de um Destacamento da Polícia Militar, uma vez que este imóvel não cumpriu com a finalidade a qual foi destinado.



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

100

**FUNDAMENTAÇÃO**

Compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I do REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A. Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

O nobre legislador estadual detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (Grifo nosso)  
Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

07

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.  
(Grifo nosso)

A Lei de Licitações (Lei Federal n. 8.666/1993) já estabelece:

Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:

(...)

b) doação, permitida exclusivamente para outro órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera de governo, ressalvado o disposto nas alíneas f, h e i; (Redação dada pela Lei nº 11.952, de 2009)

(...)



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

§ 1º Os imóveis doados com base na alínea "b" do Inciso I deste artigo, cessadas as razões que justificaram a sua doação, reverterão ao patrimônio da pessoa jurídica doadora, vedada a sua alienação pelo beneficiário.

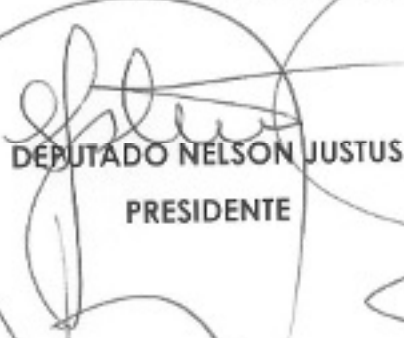
Percebe-se, assim, a constitucionalidade e legalidade do presente projeto de lei.

Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela Lei Complementar nº 95/98.




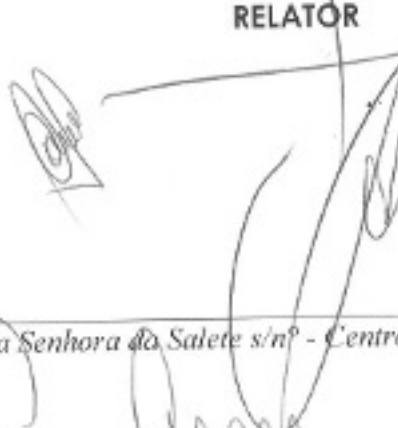
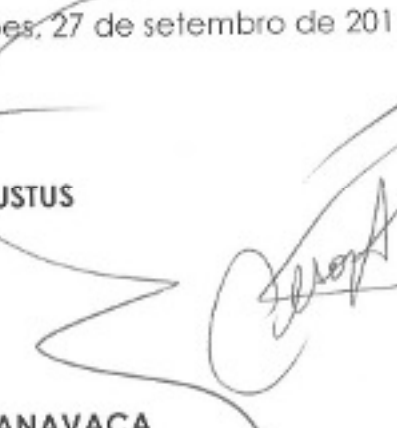



**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE**.

Sala das Comissões, 27 de setembro de 2011.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA**  
**RELATOR**

  
  
  
  
  
  
  
  
*Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná*



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khuri*

D. L.

**COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO DA  
ALEP E ASSUNTOS MUNICIPAIS**

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 377/2011**

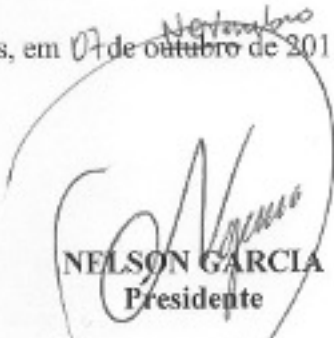
O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Estadual Artagão Junior, que objetiva promover a reversão do Patrimônio do Município de Santa Tereza do Oeste, um lote urbano cedido ao Estado para construção de um Departamento de Polícia Militar.

A matéria já recebeu análise, da constitucionalidade e legalidade, da Douta Comissão de Constituição e Justiça, que apresentou parecer favorável.

Chamada a opinar, a Comissão de Fiscalização da Alep e Assuntos Municipais encontra méritos indiscutíveis no Projeto de Lei em tela, pois a proposta tem como objetivo autorizar o Poder Executivo a promover a reversão de Imóvel cedido ao Estado que não cumpriu a Finalidade destinada, qual era a Construção de um Destacamento da Polícia Militar, razão pela qual a reversão se faz pertinente e providencial.

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto.

Sala das Comissões, em 07 de outubro de 2011.

  
**NELSON GARCIA**  
Presidente

  
**MARLA TURECK**  
Relatora







# GABINETE DO GOVERNADOR



## ~~ANTEP~~ROJETO DE LEI N.º 772/2011

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a cessão, ao Município de Realeza, do imóvel que especifica.

**Art. 1.º** – Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a cessão de uso, ao Município de Realeza, de imóvel denominado parte "B" - Praça da Justiça, no lugar denominado Colônia Missões, com 968,00m², contendo duas casas em alvenaria, de 143,60m² cada, conforme descrito na Matrícula sob n.º 3.023, do Registro de Imóveis da Comarca de Realeza.

**Art. 2.º** – O imóvel em questão, que fica gravado com cláusula de inalienabilidade e impenhorabilidade, será usado exclusivamente para funcionamento de Serviço Público Municipal, retornando ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa.

**Art. 3.º** – A presente cessão terá vigência até 31 de dezembro de 2014, podendo ser prorrogada por igual período mediante acordo entre as partes.

**Art. 4.º** – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 14 de setembro de 2011, 190.º da Independência e 123.º da República.

  
**CARLOS ALBERTO RICHA**  
Governador do Estado

## GABINETE DO GOVERNADOR



**MENSAGEM N.º 51/2011**

Curitiba, 14 de setembro de 2011

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei que autoriza o Poder Executivo a efetuar a cessão de imóvel de propriedade do Estado do Paraná para o Município de Realeza.

Inicialmente, insta salientar que o Anteprojeto de Lei em análise encontra respaldo na Constituição Estadual, que estabelece no art. 10:

**Art. 10.** Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Além disso, a Lei Estadual n.º 15.608/07, em seu artigo 8.º, dispõe sobre a dispensa de licitação em determinados casos, como exposto abaixo:

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
CURITIBA – PR  
Prot. N.º 10.880.393-2  
lc/ctf

Palácio das Araucárias – Centro Cívico – Rua Jacy Loureiro de Campos  
80530-915 – Curitiba – Paraná – Brasil  
Fone: 41 3350-2465 Fax: 41 3350-2476

## GABINETE DO GOVERNADOR



**Art. 8º.** Será dispensada a licitação, nos seguintes casos:

I – De bens imóveis para:

(...)

g) direito real de uso quando destinado a outro órgão ou entidade da Administração Pública;

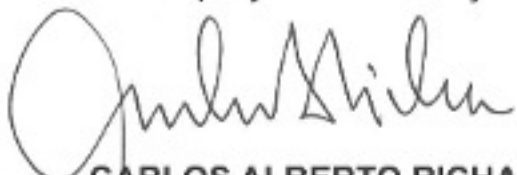
Hely Lopes Meireles leciona que "A cessão de uso é uma categoria específica e própria para o transpasse da posse de um bem público para outra entidade, ou órgão da mesma entidade, que dele tenha necessidade e se proponha a empregá-lo nas condições convencionadas com a Administração cedente."<sup>1</sup>

Assim, resta comprovada que a presente medida consulta aos interesses públicos e da Administração Estadual, eis que no imóvel que o Estado pretende doar ao Município de Realeza encontra-se instalado o Centro-Dia (Clube do Vovô), que atende idosos de todo o município, sendo necessária a cessão de uso do imóvel para continuar a desenvolver suas atividades.

Desta forma, por se tratar de cessão sobre imóvel certo e determinado, destinado a atender interesse público, a licitação é dispensável.

Tendo em vista a autorização para que o órgão público efetue cessões sem a necessidade de licitação, existindo interesse público, não haveria razão para que o legislador a impedisse, haja vista a expressa autorização legal.

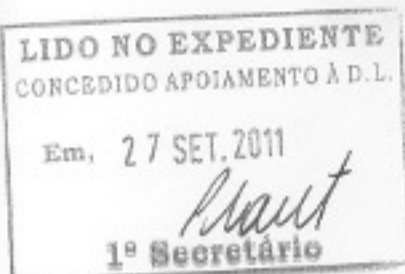
Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

  
**CARLOS ALBERTO RICHA**  
Governador do Estado

1 MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 33.ª ed. p. 529.

GABINETE DO GOVERNADOR

Palácio das Araucárias – Curitiba, 14 de setembro de 2011  
OF CEE/G 146/11



I – À DAP para leitura no expediente  
II – À DL para providências.  
Em, 26/09/2011  
Presidente

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para providências,  
a Mensagem n.º 51/2011, relativa ao Anteprojeto de Lei que  
autoriza o Poder Executivo a efetuar a cessão de imóvel de  
propriedade do Estado para o Município de Realeza.

Atenciosamente,



CARLOS ALBERTO RICHIA  
Governador do Estado

Anexo

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado  
CURITIBA – PR

CEE/(SRGVFY)JC

Palácio das Araucárias - Centro Cívico - Rua Jacy Loureiro de Campos  
80530-915 - Curitiba - Paraná - Brasil  
Fone: 41 3350 2800 Fax: 41 3254 7345

14:08 27/09/2011 087486 007 RESSONIA LEGISLATIVA DO ESTADO



**ANÁLISE AO PROJETO DE LEI 772/11**

**Projeto de Lei nº 772/11**

**Autor: Poder Executivo - Mensagem nº.051/11**

**Súmula:** Autoriza o Poder Executivo a efetuar a cessão, ao Município de Realeza, do imóvel que especifica.

**EMENTA:** CESSÃO DE IMÓVEL AO MUNICÍPIO DE REALEZA. INICIATIVA PRIVATIVA DO PODER EXECUTIVO. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTIGOS 33 E 124 DO REGIMENTO INTERNO ALEP. ARTIGOS 10 E 65 DA CE. ART. 8º LEI ESTADUAL 15.608/07. ARTIGO 17 DA LEI 8.666/93. LC 95/98. CONSTITUCIONAL. ANÁLISE PRÉVIA PELA APROVAÇÃO.

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 051/2011, visa autorizar o Poder Executivo a ceder imóvel ao Município de Realeza.

**FUNDAMENTAÇÃO**

Verifica-se que o chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para apresentar o presente projeto de lei, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:



**Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.** (grifo nosso)

**Parágrafo único.** Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, vejamos:

**Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.** (grifo nosso)

O projeto de lei ora em tela, encontra respaldo na Constituição Estadual, que estabelece em seu artigo 10 e parágrafo único:





**Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.**

A alienação de bens imóveis é disciplinada, via de regra, pela legislação própria das entidades estatais, sendo normalmente exigida a autorização legislativa, avaliação prévia e concorrência, sendo dispensável este último requisito quando se tratar de permuta ou doação, pois estes contratos em particular visam a pessoas ou imóveis certos, sendo incompatíveis com o procedimento licitatório.

Ainda, o artigo 8º da Lei Estadual nº 15.608/07 dispõe sobre a dispensa de licitação em determinados casos, observe-se:

**Art. 8º. Será dispensada a licitação, nos seguintes casos:**

**I - De bens imóveis para:**

**g) direito real de uso quando destinado a outro órgão ou entidade da Administração Pública;**



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Comissão de Constituição e Justiça**



A Lei Ordinária Federal 8.666/93 em seu artigo 17 determina as condições para que sejam feitas as alienações de bens públicos:

**Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:**

**I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:**

**f) alienação gratuita ou onerosa, aforamento, concessão de direito real de uso, locação ou permissão de uso de bens imóveis residenciais construídos, destinados ou efetivamente utilizados no âmbito de programas habitacionais ou de regularização fundiária de interesse social desenvolvidos por órgãos ou entidades da administração pública;**

A jurista Hely Lopes Meirelles leciona que "a cessão de uso é uma categoria específica e própria para o transpasse da posse de um bem público para outra entidade, ou órgão da mesma entidade que dele tenha



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Comissão de Constituição e Justiça**



necessidade e se proponha a empregá-lo nas condições convencionadas com a Administração cedente"<sup>1</sup>.

Tendo em vista a autorização para que o órgão público efetue doações sem a necessidade de licitação, quando o donatário for outro órgão ou entidade da administração pública, não haveria razão para que o legislador impedisse a doação, haja vista a expressa autorização legal.

Dessa forma, observa-se que estão presentes o requisitos necessários, quais sejam, a autorização legislativa que é dada através de lei e o interesse público.


Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 10 de outubro de 2011.

  
**NELSON JUSTUS**  
**PRESIDENTE**

  
**PR. EDSON PRACZYK**  
**RELATOR**

<sup>1</sup> MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 33, ed., p. 529.



## **PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 772/2011**

**Projeto de Lei nº 772/2011**

**Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 51/11**

**Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a cessão ao Município de Realeza, do imóvel que especifica.**

### **I – PREÂMBULO**

O presente Projeto de Lei 772/11, de autoria do Poder Executivo, através da mensagem 51/11, visa autorizar o Poder Executivo a efetuar a cessão ao município de Realeza, do imóvel denominado parte “B” – Praça da Justiça, no lugar denominado Colônia Missões, com 968,00 m², contendo duas casas em alvenaria, de 143,60 m² cada, conforme descrito na Matrícula sob nº 3.023, do Registro de Imóveis da Comarca de Realeza.

### **II - RELATÓRIO**

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no **Projeto de Lei nº 772/2011**, na qual passo a relatar:

No que tange ao mérito da matéria, resta evidente não existir qualquer impedimento para a tramitação da presente proposição em tela, já que o projeto objetiva beneficiar o Município de Realeza, através da regularização de uma área em que se encontra instalada precariamente o Centro-Dia, no atendimento a idosos de todo o município.

Cumprindo a nós destacar que “*Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos*”, nos termos do disposto no **Art. 33, § 7º do Regimento Interno desta Casa de Leis.**

Desta Forma, ao analisarmos o mérito da matéria, destacamos a necessidade do processo para regularização emergencial do imóvel. **Projeto de Lei 772/11** em análise desta Comissão, no que justifica-se, estará cobrindo a necessidade exclusiva da população, já que com a regularização desta área o serviço Público Municipal de atendimento ao idoso, poderá executar melhorias significativas no imóvel, bem como melhor adaptar-se para o atendimento à população, tudo em benefício único e exclusivo de todos.

Esta proposta, enviada pelo Poder Executivo através da Mensagem 51/11 ganha peso e méritos indiscutíveis ao vir de encontro ao interesse e a necessidade comum meramente justificado. Conforme cita a Mensagem do Executivo, na qual dispõem sobre a cessão de posse de um bem público:

**A cessão de uso é uma categoria específica e própria para o transpasse da posse de um bem público para outra entidade, ou órgão da mesma entidade, que dele tenha necessidade e se proponha a empregá-lo nas condições convencionadas com a Administração cedente.**

(MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 33ª Ed. P.529)

O projeto evidencia de forma clara o mérito proposto, restando evidentes grandes benefícios em sua composição, já que a partir da presente regularização a comunidade de Realeza terá estrutura legal para a realização dos trabalhos sociais de forma a melhor atender a população.

### III - CONCLUSÕES

Baseando-se no artigo 12º da Constituição Estadual, no que se refere à Competência do Estado, relevo o Parágrafo único como embasamento de meu parecer, no que cita a relação do Estado com os Municípios em razão ao bem comum: *"A cooperação entre o Estado, a União e os Municípios será definida em lei complementar e visará ao equilíbrio do desenvolvimento e do bem estar no âmbito estadual e municipal"*. (**Art. 12º, Parágrafo Único, Seção II da Competência do Estado - Constituição do Estado do Paraná**).

A Carta magna dispõe em conjunto com a Constituição do Estado do Paraná ao tratar de sua competência de forma a trabalhar os direitos humanos e a busca de mecanismos que beneficiem a população, por esta razão tal proposição encontra fortes respaldos em seu mérito para prosseguir sua tramitação.



#### IV - VOTO DO RELATOR




O projeto em questão visa autorizar a doação de uma área que será utilizada para fins exclusivos dos Serviços Públicos Municipais de Realeza, ampliando assim um trabalho grandioso de assistência social aos idosos de todo o município em benefício único e exclusivo de todos, o que sem dúvida evidencia de forma clara o mérito desta proposição. A tramitação desta proposição estará agilizando de forma legal o processo da doação deste terreno, sem que para isto haja a necessidade de licitação.

Desta forma e pelos benefícios ora tratados, opto pela **Aprovação** do referido **Projeto de Lei 772/11**, em sua forma apresentada.

***Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.***

***Sala das Comissões em 24 de outubro de 2011.***



**MARCELO RANGEL**

***Presidente da Comissão***



**ADELINO RIBEIRO**

***Relator***





25



# Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury

Comissão de Fiscalização da ALEP e Assuntos Municipais

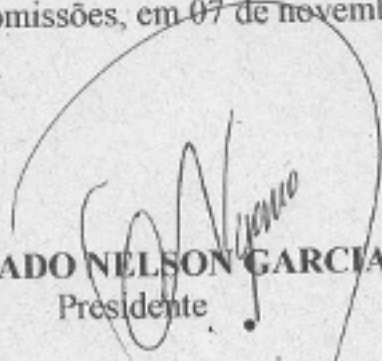
## PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 772/11

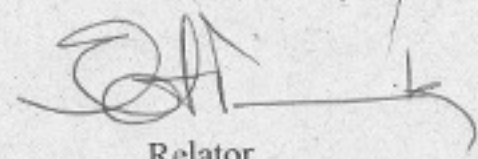
O presente Projeto de Lei apresentado pelo Poder Executivo – Mensagem nº 51/11, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a efetuar a cessão, ao Município de Realeza, do imóvel que especifica.

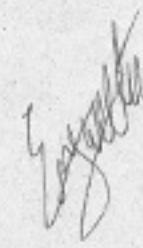
Chamada esta Comissão de Fiscalização da ALEP e Assuntos Municipais a se manifestar, entendendo ser a matéria de suma importância, manifestamo-nos pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 07 de novembro de 2011.

  
**DEPUTADO NELSON GARCIA**  
Presidente

  
Relator





**ANTEPROJETO DE LEI N.º 773/2011**

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação, ao Município de Jaguariaíva, do imóvel que especifica.

**Art. 1º** – Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a doação, ao Município de Jaguariaíva, de imóvel com 3.207,38 m<sup>2</sup>, parte da quadra n.º 4, área 1 do loteamento denominado Jardim Capivari, situado no quadro urbano da cidade de Jaguariaíva, sem benfeitorias, matriculado sob o n.º 7890 no Registro de Imóveis da Comarca de Jaguariaíva.

**Art. 2º** – O imóvel em questão, que fica gravado com cláusula de inalienabilidade e impenhorabilidade, será usado, exclusivamente, para atendimento ao serviço público municipal, retornando ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa.

**Art. 3º** – O Município terá o prazo de 02 (dois) anos para conclusão da obra e regularização cartorial da titularidade do imóvel doado, caso contrário o imóvel retornará ao patrimônio do Estado.

**Art. 4º** – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 14 de setembro de 2011, 190.º da Independência e 123.º da República.



**CARLOS ALBERTO RICHÁ**  
Governador do Estado

**MENSAGEM N.º 45/2011**

Curitiba, 14 de setembro de 2011

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei que autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação de imóvel de propriedade do Estado do Paraná para o Município de Jaguariaíva.

Inicialmente, insta salientar que o presente Anteprojeto de Lei encontra respaldo na Constituição Estadual, que estabelece no art. 10:

**Art. 10.** Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

A alienação de bens imóveis é disciplinada, de regra, pela legislação própria das entidades estatais, sendo normalmente exigida a autorização legislativa, avaliação prévia e concorrência, sendo dispensável este último requisito quando se tratar de doação, pois este contrato em particular visa imóveis certos, sendo incompatíveis com o procedimento licitatório.

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
CURITIBA – PR

O art. 17 da Lei Ordinária Federal 8.666/93 estabelece as condições para que sejam feitas as alienações de bens públicos.

**Art. 17.** A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I – quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:

b) **doação, permitida exclusivamente para outro órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera de governo, ressalvado o disposto nas alíneas f e h;** (Redação dada pela Lei n.º 11.481, de 2007)

f) alienação gratuita ou onerosa, aforamento, concessão de direito real de uso, locação ou permissão de uso de bens imóveis residenciais construídos, destinados ou efetivamente utilizados no âmbito de programas habitacionais ou de regularização fundiária de interesse social desenvolvidos por órgãos ou entidades da administração pública; (Redação dada pela Lei n.º 11.481, de 2007) (grifo nosso).

José dos Santos Carvalho Filho leciona que "A Administração pode fazer doação de bens públicos, mas tal possibilidade deve ser tida como excepcional e **atender a interesse público cumpridamente demonstrado**. Qualquer violação a tais pressupostos espelha conduta ilegal e dilapidatória do patrimônio público. São requisitos da doação de bens públicos: autorização legal, avaliação prévia e interesse público justificado. A licitação, levando em conta a existência de interesse social da doação, será dispensável"<sup>1</sup>.

Assim, comprovada que a presente medida consulta aos interesses públicos e da Administração Estadual, eis que no imóvel que o Estado pretende doar ao Município de Jaguariaíva objetiva-se o desenvolvimento de projetos para atender a população daquele Município. Ainda, cumpre ressaltar que o imóvel em comento encontra-se invadido, pelo fato de não estar sendo utilizado, gerando um ônus social ao Município.

Desta forma, por se tratar ~~de~~ doação sobre imóvel certo e determinado, destinado a atender interesse público, a licitação é dispensável.

1 CARVALHO, José dos Santos Filho. Manual de Direito Administrativo. Lumen Juris. RJ.

Tendo em vista a autorização para que o Órgão Público efetue doações sem a necessidade de licitação, quando o donatário for outro órgão ou entidade da Administração Pública, não haveria razão para que o legislador impedisse a doação, haja vista a expressa autorização legal.

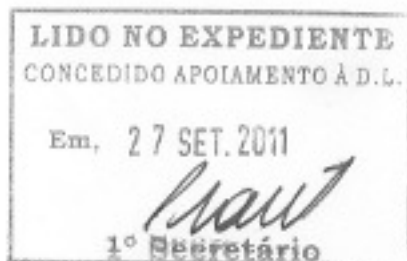
Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.



**CARLOS ALBERTO RICHA**  
Governador do Estado

GABINETE DO GOVERNADOR

Palácio das Araucárias – Curitiba, 14 de setembro de 2011  
OF CEE/G 147/11



I – À DAP para leitura no expediente  
II – À DL para providências.  
Em, 26/ Set / 2011  
Presidente

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para providências, a Mensagem n.º 45/2011, relativa ao Anteprojeto de Lei que autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação de imóvel de propriedade do Estado para o Município de Jaguariaíva.

Atenciosamente,



CARLOS ALBERTO RICHA  
Governador do Estado

Anexo

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado  
CURITIBA – PR

CEE(SRGV)JC

Palácio das Araucárias - Centro Cívico - Rua Jacy Loureiro de Campos  
80530-915 - Curitiba - Paraná - Brasil  
Fone: 41 3350 2800 Fax: 41 3254 7345





*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE LEI 773/11**

**Projeto de Lei nº 773/11**

**Autor: Poder Executivo – Mensagem nº.045/11**

**Súmula:** Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação, ao Município de Jaguariaíva, do imóvel que especifica.

**EMENTA:** DOAÇÃO DE IMÓVEL AO MUNICÍPIO DE JAGUARIAÍVA. INICIATIVA PRIVATIVA DO PODER EXECUTIVO. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTIGOS 33 E 124 DO REGIMENTO INTERNO ALEP. ARTIGOS 10 E 65 DA CE. ARTS. 6º E 8º LEI ESTADUAL 15.608/07. ARTIGO 17 DA LEI 8.666/93. LC 95/98. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 045/2011, visa autorizar o Poder Executivo a doar imóvel ao Município de Jaguariaíva.

**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Ainda, verifica-se que o chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para apresentar o presente projeto de lei, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, vejamos:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos  
previstos nesta Constituição. (grifo nosso)

O projeto de lei ora em tela encontra respaldo na  
Constituição Estadual, que estabelece em seu artigo 10 e parágrafo único:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser  
objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e  
mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de  
direito público interno, órgão ou fundação de sua  
administração indireta ou entidade de assistência  
social sem fins lucrativos, declarada de utilidade  
pública, ou para fins de assentamentos de caráter  
social.

Parágrafo único. A alienação, a título oneroso, de bens  
imóveis do Estado dependerá de autorização prévia  
da Assembléia Legislativa e será precedida de  
concorrência pública, a qual será dispensada quando  
o adquirente for uma das pessoas jurídicas de direito  
público interno, referidas neste artigo, ou para fins de  
assentamentos de caráter social. (grifo nosso)

A alienação de bens imóveis é disciplinada, via de regra,  
pela legislação própria das entidades estatais, sendo normalmente exigida  
a autorização legislativa, avaliação prévia e concorrência, sendo  
dispensável este último requisito quando se tratar de permuta ou doação,  
pois estes contratos em particular visam a pessoas ou imóveis certos, sendo  
incompatíveis com o procedimento licitatório.



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Os artigos 6º e 8º da Lei Estadual nº 15.608/07 complementam o texto da Constituição Estadual e dispõem sobre a alienação de bens da Administração Pública Estadual, observe-se:

**Art. 6º. A alienação de bens da Administração Pública Estadual subordina-se à:**

**I – existência de interesse público devidamente justificado;**

**II – prévia avaliação, visando à definição do preço mínimo;**

**III – autorização legislativa para os bens imóveis, bem como para bens móveis quando envolver alienação de controle societário de economia mista e empresa pública;**

**IV – licitação na modalidade de concorrência ou leilão público, desde que realizado por leiloeiro oficial ou servidor designado pela Administração.**

**Art. 8º. Será dispensada a licitação, nos seguintes casos:**

**I) doação com encargo, no caso de interesse público devidamente justificado;** (grifos nossos)

A Lei Ordinária Federal 8.666/93 em seu artigo 17 determina as condições para que sejam feitas as alienações de bens públicos:

**Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:**

**I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e**



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:

b) doação, permitida exclusivamente para outro órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera de governo, ressalvado o disposto nas alíneas f e h; (Redação dada pela Lei nº 11.481, de 2007)

f) alienação gratuita ou onerosa, aforamento, concessão de direito real de uso, locação ou permissão de uso de bens imóveis residenciais construídos, destinados ou efetivamente utilizados no âmbito de programas habitacionais ou de regularização fundiária de interesse social desenvolvidos por órgãos ou entidades da administração pública; (Redação dada pela Lei nº 11.481, de 2007) (grifo nosso)

O jurista José dos Santos Carvalho Filho leciona que "A Administração pode fazer doação de bens públicos, mas tal possibilidade deve ser tida como excepcional e atender a interesse público cumprimamente demonstrado. Qualquer violação a tais pressupostos espelha conduta ilegal e dilapidatória do patrimônio público. **São requisitos da doação de bens públicos: autorização legal, avaliação prévia e interesse público justificado.** A licitação, levando em conta a existência de interesse social da doação, será dispensável"<sup>1</sup>.

Tendo em vista a autorização para que o órgão público efetue doações sem a necessidade de licitação, quando o donatário for

<sup>1</sup> CARVALHO, José dos Santos Filho. Manual de Direito Administrativo. *Lumen Juris*. RJ.



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



outro órgão ou entidade da administração pública, não haveria razão para que o legislador impedisse a doação, haja vista a expressa autorização legal.

Dessa forma, observa-se que estão presentes o requisitos necessários, quais sejam, a autorização legislativa que é dada através de lei e o interesse público.

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 10 de outubro de 2011.

**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
**PRESIDENTE**

**DEPUTADO NEREU MOURA**  
**RELATOR**

*Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná*





## **PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 773/2011**

Projeto de Lei nº 773/2011

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 45/11

**Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação ao município de Jaguariaíva, do imóvel que especifica.**

### **I – PREÂMBULO**

O presente Projeto de Lei 773/11, de autoria do Poder Executivo, através da mensagem 45/11, visa autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação ao município de Jaguariaíva de imóvel com 3.207,38 m², parte da quadra nº 4, área 1 do loteamento denominado Jardim Capivari, situado no quadro urbano da cidade de Jaguariaíva, sem benfeitorias, matriculado sob o nº 7890 no Registro de Imóveis da Comarca de Jaguariaíva.

### **II - RELATÓRIO**

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no **Projeto de Lei nº773/2011**, na qual passo a relatar:

No que tange ao mérito da matéria, resta evidente não existir qualquer impedimento para a tramitação da presente proposição em tela, já que o projeto objetiva beneficiar o município de Jaguariaíva, através da construção de espaços destinados exclusivamente ao serviço público municipal, no desenvolvimento de projetos direcionados à população.

Cumpra a nós destacar que *"Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos"*, nos termos do disposto no **Art. 33, § 7º do Regimento Interno desta Casa de Leis.**

Desta Forma, ao analisarmos o mérito da matéria, destacamos a necessidade do processo para regularização emergencial dos loteamentos em questão. O **Projeto de Lei 773/11** em análise desta Comissão, no que justifica-se, estará cobrindo a necessidade exclusiva da população na ampliação de projetos de cunho social, de forma a atender o interesse e o benefício de todos.

Esta proposta, enviada pelo Poder Executivo através da Mensagem 45/11 ganha peso e méritos indiscutíveis ao vir de encontro ao interesse comum meramente justificado. Conforme cita a Mensagem do Executivo, na qual dispõem sobre o interesse público demonstrado:

**A Administração pode fazer doação de bens públicos, mas tal possibilidade deve ser tida como excepcional e atender a interesse público cumpridamente demonstrado.**

(CARVALHO, José dos Santos Filho. Manual de Direito Administrativo. Lumen Juris. RJ)

O projeto evidencia de forma clara o mérito proposto, restando evidentes grandes benefícios em sua composição, já que a partir da presente regularização a população de Jaguariaíva terá estrutura regularizada para trabalhar projetos sociais de forma a melhor atender a população.

### III - CONCLUSÕES

Baseando-se no artigo 12º da Constituição Estadual, no que se refere à Competência do Estado, relevo o Parágrafo único como embasamento de meu parecer, no que cita a relação do Estado com os Municípios em razão ao bem comum: *"A cooperação entre o Estado, a União e os Municípios será definida em lei complementar e visará ao equilíbrio do desenvolvimento e do bem estar no âmbito estadual e municipal"*. **(Art. 12º, Parágrafo Único, Seção II da Competência do Estado - Constituição do Estado do Paraná).**

A Carta magna dispõe em conjunto com a Constituição do Estado do Paraná ao tratar de sua competência de forma a trabalhar os direitos humanos e a busca de mecanismos que beneficiem a população, por esta razão tal proposição encontra fortes respaldos em seu mérito para prosseguir sua tramitação.

#### IV - VOTO DO RELATOR



O projeto em questão visa autorizar a doação de uma área que atualmente se encontra invadida, a regularização desta área ao município de Jaguariaíva permitirá a implantação do serviço público municipal, em benefício único e exclusivo de todos, o que sem dúvida evidencia de forma clara o mérito desta proposição. A tramitação desta proposição estará agilizando legalmente o processo da doação deste terreno, sem que para isto haja a necessidade de licitação.

Desta forma e pelos benefícios ora tratados, opto pela **Aprovação** do referido **Projeto de Lei 773/11**, em sua forma apresentada.

**Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.**

**Sala das Comissões em 24 de outubro de 2011.**



**MARCELO RANGEL**

**Presidente da Comissão**



**PASTOR EDSON PRACZYK**

**Relator**





# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury  
Comissão de Fiscalização da ALEP e Assuntos Municipais



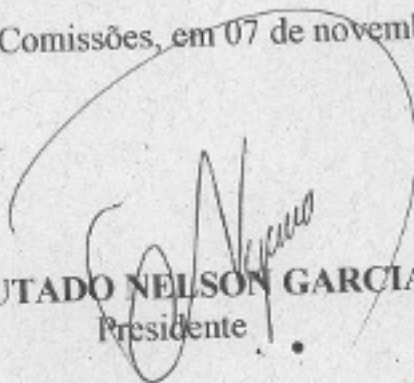
## PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 773/11

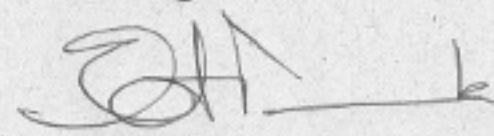
O presente Projeto de Lei apresentado pelo Poder Executivo – Mensagem nº 45/11, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação, ao Município de Jaguariaíva, do imóvel que especifica.

Chamada esta Comissão de Fiscalização da ALEP e Assuntos Municipais a se manifestar, entendendo ser a matéria de suma importância, manifestamo-nos pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 07 de novembro de 2011.

  
**DEPUTADO NELSON GARCIA**  
Presidente

  
Relator





# GABINETE DO GOVERNADOR



## ~~PROJETO~~ PROJETO DE LEI N.º 774/2011

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação, ao Município de Clevelândia, do imóvel que especifica.

**Art. 1.º** – Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a doação, ao Município de Clevelândia, de terreno de 600m<sup>2</sup>, situado no quadro urbano da cidade de Clevelândia, confrontando ao Norte com terrenos de Dery F. Gabriel, ao Sul com a Rua 28 de Julho, ao Oeste com a Rua Liberdade e ao Leste com o Campo de Aviação, matriculado sob o n.º 6460 no Registro de Imóveis da Comarca de Clevelândia.

**Art. 2.º** – O imóvel em questão, que fica gravado com cláusula de inalienabilidade e impenhorabilidade, será usado, exclusivamente, para construir um Centro Odontológico, retornando ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa.

**Art. 3.º** – O município terá o prazo de 02 (dois) anos para conclusão da obra e regularização cartorial da titularidade do imóvel doado, caso contrário o imóvel retornará ao patrimônio do Estado.

**Art. 4.º** – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 14 de setembro de 2011, 190.º da Independência e 123.º da República.

  
**CARLOS ALBERTO RICHÁ**  
Governador do Estado



## GABINETE DO GOVERNADOR



MENSAGEM N.º 44/2011

Curitiba, 14 de setembro de 2011

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei que autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação de imóvel de propriedade do Estado do Paraná para o Município de Clevelândia.

Inicialmente, insta salientar que o Anteprojeto de Lei em análise encontra respaldo na Constituição Estadual, que estabelece no art. 10:

**Art. 10.** Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

A alienação de bens imóveis é disciplinada, de regra, pela legislação própria das entidades estatais, sendo normalmente exigida a autorização legislativa, avaliação prévia e concorrência, sendo dispensável este último requisito quando se tratar de doação, pois esse contrato em particular visa pessoas ou imóveis certos, sendo incompatíveis com o procedimento licitatório.

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
CURITIBA – PR

Palácio das Araucárias – Centro Cívico – Rua Jacy Loureiro de Campos  
80530-915 – Curitiba – Paraná – Brasil  
Fone: 41 3350-2455 Fax: 41 3350-2476



O art. 17 da Lei Ordinária Federal 8.666/93 estabelece as condições para que sejam feitas as alienações de bens públicos:

**Art. 17.** A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I – quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:

b) **doação, permitida exclusivamente para outro órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera de governo, ressalvado o disposto nas alíneas f e h;** (Redação dada pela Lei n.º 11.481, de 2007)

f) alienação gratuita ou onerosa, aforamento, concessão de direito real de uso, locação ou permissão de uso de bens imóveis residenciais construídos, destinados ou efetivamente utilizados no âmbito de programas habitacionais ou de regularização fundiária de interesse social desenvolvidos por órgãos ou entidades da administração pública; (Redação dada pela Lei n.º 11.481, de 2007) (grifo nosso)

José dos Santos Carvalho Filho leciona que “A Administração pode fazer doação de bens públicos, mas tal possibilidade deve ser tida como excepcional e **atender a interesse público cumpridamente demonstrado**. Qualquer violação a tais pressupostos espelha conduta ilegal e dilapidatória do patrimônio público. São requisitos da doação de bens públicos: autorização legal, avaliação prévia e interesse público justificado. A licitação, levando em conta a existência de interesse social da doação, será dispensável”<sup>1</sup>.

Assim, comprovada que a presente medida consulta os interesses públicos e da Administração Estadual, eis que no imóvel que o Estado pretende doar ao Município de Clevelândia objetiva-se a edificação do Centro Odontológico Municipal.

Desta forma, por se tratar de doação sobre imóvel certo e determinado, destinado a atender interesse público, a licitação é dispensável.

Tendo em vista a autorização para que o Órgão Público efetue doações sem a necessidade de licitação, quando o donatário for outro órgão ou entidade da Administração Pública, não haveria razão para que o legislador impedisse a doação, haja vista a expressa autorização legal.

1 CARVALHO, José dos Santos Filho. Manual de Direito Administrativo. *Lumen Juris*. RJ.

## GABINETE DO GOVERNADOR



Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

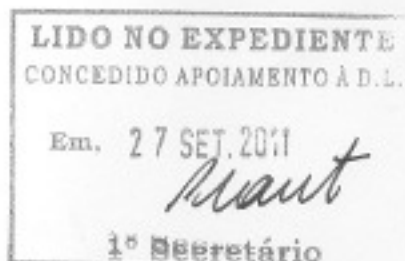
  
**CARLOS ALBERTO RICHÁ**  
Governador do Estado



**PARANÁ**  
GOVERNO DO ESTADO

**GABINETE DO GOVERNADOR**

Palácio das Araucárias – Curitiba, 14 de setembro de 2011  
OF CEE/G 148/11



I – À DAP para leitura no expediente  
II – À DL para providências.

Em 26/09/2011

Presidente

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para providências, a Mensagem n.º 44/2011, relativa ao Anteprojeto de Lei que autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação de imóvel de propriedade do Estado do Paraná para o Município de Clevelândia.

Atenciosamente,

CARLOS ALBERTO RICHA  
Governador do Estado

Anexo

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado  
CURITIBA – PR

CEE/(SRGVF)/JLI

Palácio das Araucárias - Centro Cívico - Rua Jacé Loureiro de Campos  
80530-915 - Curitiba - Paraná - Brasil  
Fone: 41 3350 2800 Fax: 41 3254 7345

14:08 27/09/2011 007468 MP 05526115 11515,0104 DO PIR046



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE LEI 774/11**

**Projeto de Lei nº 774/11**

**Autor: Poder Executivo – Mensagem nº.044/11**

**Súmula:** Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação, ao Município de Clevelândia, do imóvel que especifica.

**EMENTA:** DOAÇÃO DE IMÓVEL AO MUNICÍPIO DE CLEVELÂNDIA. INICIATIVA PRIVATIVA DO PODER EXECUTIVO. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTIGOS 33 E 124 DO REGIMENTO INTERNO ALEP. ARTIGOS 10 E 65 DA CE. ARTS. 6º E 8º LEI ESTADUAL 15.608/07. ARTIGO 17 DA LEI 8.666/93. LC 95/98. CONSTITUCIONAL. ANÁLISE PRÉVIA PELA APROVAÇÃO.

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 044/2011, visa autorizar o Poder Executivo a doar imóvel ao Município de Clevelândia.

**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:**

**§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:**

**I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.**



# Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Ainda, verifica-se que o chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para apresentar o presente projeto de lei, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná:

**Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)**

**Parágrafo único.** Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, vejamos:

**Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso)**

O projeto de lei ora em tela encontra respaldo na Constituição Estadual, que estabelece em seu artigo 10 e parágrafo único:

**Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.**

**Parágrafo único. A alienação, a título oneroso, de bens imóveis do Estado dependerá de autorização prévia da Assembléia Legislativa e será precedida de concorrência pública, a qual será dispensada quando o adquirente for uma das pessoas jurídicas de direito público interno, referidas neste artigo, ou para fins de assentamentos de caráter social. (grifo nosso)**

A alienação de bens imóveis é disciplinada, via de regra, pela legislação própria das entidades estatais, sendo normalmente exigida a autorização legislativa, avaliação prévia e concorrência, sendo dispensável este último requisito quando se tratar de permuta ou doação, pois estes contratos em particular visam a pessoas ou imóveis certos, sendo incompatíveis com o procedimento licitatório.



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Os artigos 6º e 8º da Lei Estadual nº 15.608/07 complementam o texto da Constituição Estadual e dispõem sobre a alienação de bens da Administração Pública Estadual, observe-se:

**Art. 6º. A alienação de bens da Administração Pública Estadual subordina-se à:**

**I – existência de interesse público devidamente justificado;**

**II – prévia avaliação, visando à definição do preço mínimo;**

**III – autorização legislativa para os bens imóveis, bem como para bens móveis quando envolver alienação de controle societário de economia mista e empresa pública;**

**IV – licitação na modalidade de concorrência ou leilão público, desde que realizado por leiloeiro oficial ou servidor designado pela Administração.**

**Art. 8º. Será dispensada a licitação, nos seguintes casos:**

**f) doação com encargo, no caso de interesse público devidamente justificado;** (grifos nossos)

A Lei Ordinária Federal 8.666/93 em seu artigo 17 determina as condições para que sejam feitas as alienações de bens públicos:

**Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:**

**I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:**

**b) doação, permitida exclusivamente para outro órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera de governo, ressalvado o disposto nas alíneas f e h; (Redação dada pela Lei nº 11.481, de 2007)**

**f) alienação gratuita ou onerosa, aforamento, concessão de direito real de uso, locação ou permissão de uso de bens imóveis residenciais construídos, destinados ou efetivamente utilizados no âmbito de programas habitacionais ou de regularização fundiária de interesse social**

**desenvolvidos por órgãos ou entidades da administração pública; (Redação dada pela Lei nº 11.481, de 2007) (grifo nosso)**

O jurista José dos Santos Carvalho Filho afirma que "A Administração pode fazer doação de bens públicos, mas tal possibilidade deve ser tida como excepcional e





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

D. L.  
19  
Fls.

atender à interesse público cumpridamente demonstrado. Qualquer violação a tais pressupostos espelha conduta ilegal e dilapidatória do patrimônio público. **São requisitos da doação de bens públicos: autorização legal, avaliação prévia e interesse público justificado.** A licitação, levando em conta a existência de interesse social da doação, será dispensável<sup>1</sup>.

Tendo em vista a autorização para que o órgão público efetue doações sem a necessidade de licitação, quando o donatário for outro órgão ou entidade da administração pública, não haveria razão para que o legislador impedisse a doação, haja vista a expressa autorização legal.

Dessa forma, observa-se que estão presentes o requisitos necessários, quais sejam, a autorização legislativa que é dada através de lei e o interesse público.

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 10 de outubro de 2011

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
Presidente

  
**DEPUTADO CESAR SILVESTRI FILHO**  
Relator

<sup>1</sup> CARVALHO, José dos Santos Filho. Manual de Direito Administrativo. Lumen Juris. RJ.



## PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 774/2011

Projeto de Lei nº 774/2011

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 44/11

**Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação ao município de Clevelândia, do imóvel que especifica.**

### I – PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei 774/11, de autoria do Poder Executivo, através da mensagem 44/11, visa autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação ao município de Clevelândia, do terreno de 600 m<sup>2</sup>, situado no quadro urbano da cidade de Clevelândia, confrontando ao Norte com terrenos de Dery F. Gabriel, ao Sul com a Rua 28 de Julho, ao Oeste com a Rua Liberdade e ao Leste com o Campo de Aviação.

### II - RELATÓRIO

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no **Projeto de Lei nº774/2011**, na qual passo a relatar:

No que tange ao mérito da matéria, resta evidente não existir qualquer impedimento para a tramitação da presente proposição em tela, já que o projeto objetiva beneficiar o município de Clevelândia, através da construção de um Centro Odontológico na área especificada.

Cumprindo a nós destacar que “Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos”, nos termos do disposto no **Art. 33, § 7º do Regimento Interno desta Casa de Leis.**

Desta Forma, ao analisarmos o mérito da matéria, destacamos a necessidade do processo para regularização emergencial dos loteamentos em questão. O **Projeto de Lei 774/11** em análise desta Comissão, no que justifica-se, estará cobrindo a necessidade exclusiva da população na ampliação do atendimento de saúde, de forma a atender o interesse e o benefício de todos.

D. L.

23

Esta proposta, enviada pelo Poder Executivo através da Mensagem 44/11 ganha peso e méritos indiscutíveis ao vir de encontro ao interesse comum meramente justificado. Conforme cita a Mensagem enviada, sobre um trecho do Manual de Direito Administrativo, citado por José dos Santos Filho Carvalho:

**A Administração pode fazer doação de bens públicos, mas tal possibilidade deve ser tida como excepcional e atender a interesse público cumpridamente demonstrado.**

**(CARVALHO, José dos Santos Filho. Manual de Direito Administrativo. Lumen Juris. RJ)**

O projeto evidencia de forma clara o mérito proposto, restando evidentes grandes benefícios em sua composição, já que a partir da presente regularização do imóvel o Município de Clevelândia terá estrutura legal para trabalhar a saúde de forma a melhor atender a sua população.

### **III - CONCLUSÕES**

Basando-se no artigo 12º da Constituição Estadual, no que se refere à Competência do Estado, relevo o Parágrafo único como embasamento de meu parecer, no que cita a relação do Estado com os Municípios em razão ao bem comum: *"A cooperação entre o Estado, a União e os Municípios será definida em lei complementar e visará ao equilíbrio do desenvolvimento e do bem estar no âmbito estadual e municipal"*. **(Art. 12º, Parágrafo Único, Seção II da Competência do Estado - Constituição do Estado do Paraná).**

A Carta magna dispõe em conjunto com a Constituição do Estado do Paraná ao tratar de sua competência de forma a trabalhar os direitos humanos e a busca de mecanismos que beneficiem a população, por esta razão tal proposição encontra fortes respaldos em seu mérito para prosseguir sua tramitação.

#### IV - VOTO DO RELATOR



O projeto em questão visa autorizar a doação de uma área que será utilizada para fins exclusivos da construção de um Centro Odontológico em Clevelândia. Este Município que apresenta hoje uma população superior a 17 mil habitantes, busca continuamente a necessidade de benefícios como estes, meramente indiscutíveis à população. A tramitação desta proposição estará agilizando de forma legal o processo da doação deste terreno, sem que para isto haja a necessidade de licitação.

Desta forma e pelos benefícios ora tratados, opto pela **Aprovação** do referido **Projeto de Lei 774/11**, em sua forma apresentada.

**Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.**

**Sala das Comissões em 24 de outubro de 2011.**



**MARCELO RANGEL**

**Presidente da Comissão**



**ADELINO RIBEIRO**

**Relator .**





# Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Fiscalização da ALEP e Assuntos Municipais

## PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 774/11

O presente Projeto de Lei apresentado pelo Poder Executivo – Mensagem nº 44/11, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação, ao Município de Clevelândia, do imóvel que especifica.

Chamada esta Comissão de Fiscalização da ALEP e Assuntos Municipais a se manifestar, entendendo ser a matéria de suma importância, manifestamo-nos pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 07 de novembro de 2011.

DEPUTADO NELSON GARCIA  
Presidente

Relator



# GABINETE DO GOVERNADOR



**PARANÁ**  
GOVERNO DO ESTADO

775/11

## ~~ANTE~~PROJETO DE LEI N.º

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação, ao Município de Figueira, do imóvel que especifica, bem como revoga a Lei 16.134, de 24 de junho de 2009.

**Art. 1.º** – Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a doação, ao Município de Figueira, dos lotes de terrenos urbanos 01 a 13, da quadra 11, situados no loteamento denominado Residencial Vale Verde, naquele município, pertencentes ao Estado do Paraná, matriculados sob os números 7.808 a 7.820 no Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Curiúva.

**Art. 2.º** – Os imóveis de que trata o art. 1.º desta Lei serão utilizados, exclusivamente, pelo Município de Figueira, para a implantação da Casa Familiar Rural, retornando ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa.

**Art. 3.º** – A presente doação fica gravada com cláusula de inalienabilidade e impenhorabilidade.

**Art. 4.º** – O Município terá o prazo de 2 (dois) anos para efetuar a regularização cartorial da titularidade dos imóveis doados, caso contrário o imóvel retornará ao patrimônio do Estado.

**Art. 5.º** – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Lei 16.134, de 24 de junho de 2009.

Curitiba, 14 de setembro de 2011, 190.º da Independência e 123.º da República.

  
**CARLOS ALBERTO RICHA**  
Governador do Estado



## GABINETE DO GOVERNADOR



**MENSAGEM N.º 50/2011**

Curitiba, 14 de setembro de 2011

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei que objetiva autorizar o Governo do Estado do Paraná a doar, ao Município de Figueira, os lotes de terrenos urbanos 01 a 13, da quadra 11, situados no loteamento denominado Residencial Vale Verde, naquele município, pertencentes ao Estado do Paraná, matriculados sob os números 7808 a 7820 no Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Curiúva.

Os imóveis em questão serão utilizados pelo Município de Figueira exclusivamente para a implantação da Casa Familiar Rural, retornando ao patrimônio do Estado do Paraná caso se comprove uso distinto do estabelecido.

Pela Lei n.º 16.134, de 24 de junho de 2009, foi autorizada a doação, ao referido município, de imóveis do patrimônio estadual com vistas à implantação da mencionada Casa Familiar Rural.

Considerando-se ter havido equívoco na citação dos lotes componentes da Quadra 11, submeto a presente medida objetivando a devida correção.

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
CURITIBA – PR

## GABINETE DO GOVERNADOR



Consultada sobre o assunto, a Procuradoria-Geral do Estado, mediante a Informação n.º 207/2010/PGE, manifestou-se dizendo não haver óbice na edição de nova lei corretiva da Lei Estadual n.º 16.134/2009, conforme fls. 16 a 19 do processo protocolado sob n.º 10.380.879-0.

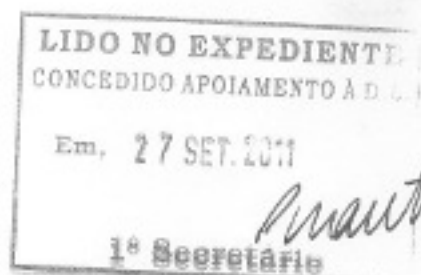
Constam, ainda, no texto do Anteprojeto de Lei ora proposto, dispositivos expressos no sentido de que tal doação ficará gravada com cláusula de inalienabilidade e que a Lei n.º 16.134/2009 ficará expressamente revogada.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

  
**CARLOS ALBERTO RICHA**  
Governador do Estado

GABINETE DO GOVERNADOR

Palácio das Araucárias – Curitiba, 14 de setembro de 2011  
OF CEE/G 149/11



I – À DAP para leitura no expediente  
II – À DL para providências.  
Em, 26/09/2011  
Presidente

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para providências, a Mensagem n.º 50/2011, relativa ao Anteprojeto de Lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a doar, ao Município de Figueira, imóveis pertencentes ao Estado do Paraná.

Atenciosamente,



CARLOS ALBERTO RICHÁ  
Governador do Estado

Anexo

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado  
CURITIBA – PR

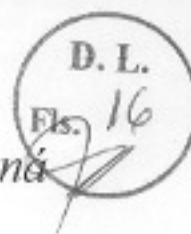
CEE/(SRGVF)/JLI

Palácio das Araucárias - Centro Cívico - Rua Jacy Loureiro de Campos  
80530-915 - Curitiba - Paraná - Brasil  
Fone: 41 3350 2800 Fax: 41 3254 7345

14488 27/09/2011 08:27:489 007 15200111 LEGISLATIVAS DO PARANÁ



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER**

**Projeto de Lei nº 775/11**

**Autor: Poder Executivo – Mensagem nº.050/11**

*Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação, ao Município de Figueira, do imóvel que especifica, bem como revoga a Lei nº 16.134, de 24 de junho de 2009.*

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 050/2011, visa autorizar o Poder Executivo a doar imóvel ao Município de Figueira, bem como revoga a Lei Estadual nº 16.134, de 24 de junho de 2009, visando sanar equívoco na citação dos lotes componentes da Quadra 11.

**FUNDAMENTAÇÃO**

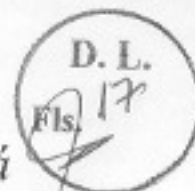
Preliminarmente, insta ressaltar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa utilizada.

Quanto à matéria sob análise, verifica-se que o chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para apresentar o presente projeto de lei, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, albergado pela a Constituição do Estado do Paraná:

*Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso)*



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



O projeto de lei em tela encontra respaldo na Constituição Estadual, que estabelece em seu artigo 10 e parágrafo único:

*Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.*

*Parágrafo único. A alienação, a título oneroso, de bens imóveis do Estado dependerá de autorização prévia da Assembleia Legislativa e será precedida de concorrência pública, a qual será dispensada quando o adquirente for uma das pessoas jurídicas de direito público interno, referidas neste artigo, ou para fins de assentamentos de caráter social. (grifo nosso)*

A alienação de bens imóveis é disciplinada, via de regra, pela legislação própria das entidades estatais, sendo normalmente exigida a autorização legislativa, avaliação prévia e concorrência, sendo dispensável este último requisito quando se tratar de permuta ou doação, pois estes contratos em particular visam a pessoas ou imóveis certos, sendo incompatíveis com o procedimento licitatório.

Os artigos 6º e 8º da Lei Estadual nº 15.608/07 complementam o texto da Constituição Estadual e dispõem sobre a alienação de bens da Administração Pública Estadual, observe-se:

*Art. 6º. A alienação de bens da Administração Pública Estadual subordina-se à:*

*I – existência de interesse público devidamente justificado;*

*II – prévia avaliação, visando à definição do preço mínimo;*

*III – autorização legislativa para os bens imóveis, bem como para bens móveis quando envolver alienação de controle societário de economia mista e empresa pública;*

*IV – licitação na modalidade de concorrência ou leilão público, desde que realizado por leiloeiro oficial ou servidor designado pela Administração.*

*Art. 8º. Será dispensada a licitação, nos seguintes casos:*



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



f) doação com encargo, no caso de interesse público devidamente justificado: (grifos nossos)

A Lei Federal 8.666/93 em seu artigo 17 determina as condições para que sejam feitas as alienações de bens públicos:

*Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:*

*I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:*

*b) doação, permitida exclusivamente para outro órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera de governo, ressalvado o disposto nas alíneas f e h; (Redação dada pela Lei nº 11.481, de 2007)*

*) (grifo nosso)*

Sobre o tema, o jurista José dos Santos Carvalho Filho leciona que:

*"A Administração pode fazer doação de bens públicos, mas tal possibilidade deve ser tida como excepcional e atender a interesse público cumprimamente demonstrado. Qualquer violação a tais pressupostos espelha conduta ilegal e dilapidatória do patrimônio público. São requisitos da doação de bens públicos: **autorização legal, avaliação prévia e interesse público justificado.** A licitação, levando em conta a existência de **interesse social da doação**, será dispensável<sup>1</sup>.*

Tendo em vista a autorização para que o órgão público efetue doações sem a necessidade de licitação, quando o donatário for outro órgão ou entidade da administração pública, não haveria razão para que o legislador impedisse a

<sup>1</sup> CARVALHO, José dos Santos Filho. Manual de Direito Administrativo. Lumen Juris. RJ.





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

D. L.  
Fls. 19

doação, haja vista a expressa autorização legal. Dessa forma, observa-se que estão presentes o requisitos necessários, quais sejam, a autorização legislativa que é dada através de lei e o interesse público.

Ademais, a Procuradoria-Geral do Estado, mediante a Informação nº 207/2010/PGE, manifestou-se dizendo não haver óbice na edição de nova lei corretiva da Lei Estadual nº 16.134/2009, conforme fls. 16 a 19 do processo protocolado sob nº 10.380.879-0.

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, o parecer é pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 10 de 10 de 2011.

DEP. NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE

DEP. ELIO RUSCH  
RELATOR

Pedro Lupian o suplente.

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



## **PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 775/2011**

Projeto de Lei nº 775/2011

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 50/11

**Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação ao município de Figueira do imóvel que especifica, bem como revoga a lei nº 16.134 de 24 de junho de 2009.**

### **I – PREÂMBULO**

O presente Projeto de Lei 775/11, de autoria do Poder Executivo, através da mensagem 50/11, visa autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação ao município de Figueira dos lotes de terrenos urbanos 01 a 13 da quadra 11, situados no loteamento denominado Residencial Vale Verde, pertencentes ao Estado do Paraná e matriculados sob os números 7.808 a 7.820 no Ofício de Registro de imóveis da Comarca de Curiúva. A medida visa corrigir a lei anterior nº 16.134 a qual autoriza a doação do referido imóvel ao município, porém com um equívoco na citação dos lotes componentes, a regulamentação da presente proposição estará corrigindo tal posição anterior e regulamentando a utilização do imóvel.

### **II - RELATÓRIO**

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no **Projeto de Lei nº 775/2011**, na qual passo a relatar:

No que tange ao mérito da matéria, resta evidente não existir qualquer impedimento para a tramitação da presente proposição em tela, já que o projeto objetiva beneficiar o município de Figueira, através da utilização do espaço para a implantação da Casa Familiar Rural.

3

Cumpra a nós destacar que "Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos", nos termos do disposto no **Art. 33, § 7º do Regimento Interno desta Casa de Leis.**

Desta Forma, ao analisarmos o mérito da matéria, destacamos a necessidade do processo para regularização emergencial dos loteamentos em questão. O **Projeto de Lei 775/11** em análise desta Comissão, no que justifica-se, estará cobrindo a necessidade exclusiva da população na realização de um trabalho único propondo a adoção de uma formação profissional aos agricultores, aliada à educação humana de seus filhos em uma relação direta com a comunidade.

Esta proposta, enviada pelo Poder Executivo através da Mensagem 50/11 ganha peso e méritos indiscutíveis ao vir de encontro ao interesse comum meramente justificado. Conforme cita os artigos 6º e 8º da Lei Estadual nº 15.608/07 que complementam o texto da Constituição Estadual:


**Art. 6º A alienação de bens da Administração Pública Estadual subordina-se à:**  
**I Existência de interesse público devidamente justificado; (...)**  
**(Artigos 6º e 8º da Lei Estadual nº 15.608/07)**

O projeto evidencia de forma clara o mérito proposto, restando evidentes grandes benefícios em sua composição, já que a partir da presente proposição, o município de Figueira terá uma área regularizada e estrutura legal para trabalhar em benefício aos agricultores do município.

### III - CONCLUSÕES

Baseando-se no artigo 12º da Constituição Estadual, no que se refere à Competência do Estado, relevo o Parágrafo único como embasamento de meu parecer, no que cita a relação do Estado com os Municípios em razão ao bem comum: "A cooperação entre o Estado, a União e os Municípios será definida em lei complementar e visará ao equilíbrio do desenvolvimento e do bem estar no âmbito estadual e municipal". (**Art. 12º, Parágrafo Único, Seção II da Competência do Estado - Constituição do Estado do Paraná**).

A Carta magna dispõe em conjunto com a Constituição do Estado do Paraná ao tratar de sua competência de forma a trabalhar os direitos humanos e a busca de mecanismos que beneficiem a população, por esta razão tal proposição encontra fortes respaldos em seu mérito para prosseguir sua tramitação.



#### IV - VOTO DO RELATOR


D. L.  
Fls 24

O projeto em questão visa autorizar a doação de uma área que será utilizada para a Construção da Casa Familiar Rural em Figueira, a regularização desta área ao município permitirá a implantação de projetos e trabalhos direcionados exclusivamente aos agricultores, melhoria da qualidade de vida e serviços técnicos profissionais, evidenciando de forma clara o benefício à população e o mérito proposto neste projeto.

Desta forma e pelos benefícios ora tratados, opto pela **Aprovação** do referido **Projeto de Lei 775/11**, em sua forma apresentada.

**Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.**

**Sala das Comissões em 24 de outubro de 2011.**



**MARCELO RANGEL**

**Presidente da Comissão**



**ADEMIR BIER**

**Relator**







# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Fiscalização da ALEP e Assuntos Municipais



## PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 775/11

O presente Projeto de Lei apresentado pelo Poder Executivo – Mensagem nº 50/11, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação, ao Município de Figueira, do imóvel que especifica, bem como seja revogada a Lei nº 16.134, de 24 de junho de 2009.

Chamada esta Comissão de Fiscalização da ALEP e Assuntos Municipais a se manifestar, entendendo ser a matéria de suma importância, manifestamo-nos pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 07 de novembro de 2011.

**DEPUTADO NELSON GARCIA**  
Presidente

Relator

**ANTEPROJETO DE LEI N.º 776/2011**

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação, ao Município de Ibaiti, do imóvel que especifica.

**Art. 1.º** – Fica autorizado o Poder Executivo a efetuar a doação, ao Município de Ibaiti, de imóvel urbano com área total de 17.635,26 m<sup>2</sup>, situado no Loteamento denominado Jardim Vereador João Edmundo de Carvalho, conforme matrícula n.º 13.123, do Registro de Imóveis da Comarca de Ibaiti.

**Art. 2.º** – O imóvel em questão, que fica gravado com cláusula de inalienabilidade e impenhorabilidade, será usado exclusivamente para serviço público municipal, retornando ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa.

**Art. 3.º** – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 19 de setembro de 2011, 190.º da Independência e 123.º da República.



**CARLOS ALBERTO RICHÁ**  
Governador do Estado



## GABINETE DO GOVERNADOR



**MENSAGEM N.º 57/2011**

Curitiba, 19 de setembro de 2011

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei que autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação de imóvel de propriedade do Estado do Paraná ao Município de Ibaiti.

Inicialmente, insta salientar que o Projeto de Lei em análise encontra respaldo na Constituição Estadual, que estabelece no art. 10:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

A alienação de bens imóveis é disciplinada, de regra, pela legislação própria das entidades estatais, sendo normalmente exigida a autorização legislativa, avaliação prévia e concorrência, sendo dispensável este último requisito quando se tratar de doação, pois este contrato em particular visa imóveis certos, sendo incompatíveis com o procedimento licitatório.

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado  
CURITIBA – PR  
LC/CTL-Prot.n.º 10.962.289-3

O art. 17 da Lei Ordinária Federal 8.666/93 estabelece as condições para que sejam feitas as alienações de bens públicos:

Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I – quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:

**b) doação, permitida exclusivamente para outro órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera de governo, ressalvado o disposto nas alíneas f e h; (Redação dada pela Lei n.º 11.481, de 2007)**

f) alienação gratuita ou onerosa, aforamento, concessão de direito real de uso, locação ou permissão de uso de bens imóveis residenciais construídos, destinados ou efetivamente utilizados no âmbito de programas habitacionais ou de regularização fundiária de interesse social desenvolvidos por órgãos ou entidades da administração pública; (Redação dada pela Lei n.º 11.481, de 2007). (grifo nosso).

Ainda, leciona Hely Lopes Meirelles:

A Administração pode fazer doações de bens móveis ou imóveis desafetados do uso público, e comumente o faz para incentivar construções e atividades particulares de interesse coletivo. Essas doações podem ser com ou sem encargos e em qualquer caso dependem, de lei autorizatória, que estabeleça as condições para sua efetivação, e de prévia avaliação do bem a ser doado, não sendo exigível licitação para o contrato alienativo<sup>1</sup>.

Nesses termos, pretende o Estado do Paraná doar imóvel ao Município de Ibaiti, para que este faça utilização do bem público conforme possível e necessário.

1 MEIRELLES, H.L. Direito Administrativo Brasileiro, 33 ed. 2007, p. 538.

## GABINETE DO GOVERNADOR



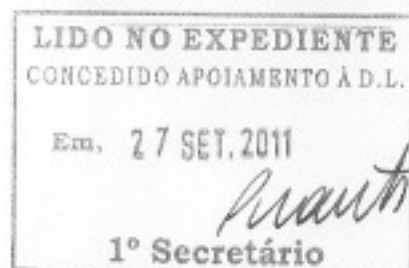
Tendo em vista também a autorização para que o órgão público efetue doações sem a necessidade de licitação, quando o donatário for outro órgão ou entidade da administração pública, não haveria razão para que o legislador impedisse a doação, haja vista a expressa autorização legal.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

  
**CARLOS ALBERTO RICHÁ**  
Governador do Estado

GABINETE DO GOVERNADOR

Palácio das Araucárias – Curitiba, 19 de setembro de 2011  
OF CEE/G 152/11



I – À DAP para leitura no expediente  
II – À DL para providências.

Em, 26/09/2011

Presidente

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para providências, a Mensagem n.º 57/2011, relativa ao Anteprojeto de Lei que autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação de imóvel de propriedade do Estado ao Município de Ibaiti.

Atenciosamente,



CARLOS ALBERTO RICHÁ  
Governador do Estado

Anexo

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado  
CURITIBA – PR

CEE(SRGVF)/JLI

Palácio das Araucárias - Centro Cívico - Rua Jaci Loureiro de Campos  
80530-915 - Curitiba - Paraná - Brasil  
Fone: 41 3350 2800 Fax: 41 3254 7345

14:09 27/09/2011 007492 00 ASSINATURA LEGISLATIVA DO PARANÁ



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**PARECER AO PROJETO DE LEI 776/11**

**Projeto de Lei nº 776/11**

**Autor: Poder Executivo – Mensagem nº.057/11**

**Súmula:** Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação, ao Município de Ibaiti, do imóvel que especifica.

**EMENTA:** DOAÇÃO DE IMÓVEL AO MUNICÍPIO DE IBAITI. INICIATIVA PRIVATIVA DO PODER EXECUTIVO. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTIGOS 33 E 124 DO REGIMENTO INTERNO ALEP. ARTIGOS 10 E 65 DA CE. ARTS. 6º E 8º LEI ESTADUAL 15.608/07. ARTIGO 17 DA LEI 8.666/93. LC 95/98. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 057/2011, visa autorizar o Poder Executivo a doar imóvel ao Município de Ibaiti.

**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Ainda, verifica-se que o chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para apresentar o presente projeto de lei, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

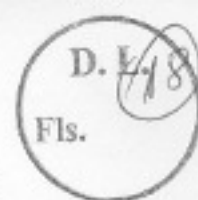
Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, vejamos:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral





*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso)

O projeto de lei ora em tela encontra respaldo na Constituição Estadual, que estabelece em seu artigo 10 e parágrafo único:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Parágrafo único. A alienação, a título oneroso, de bens imóveis do Estado dependerá de autorização prévia da Assembléia Legislativa e será precedida de concorrência pública, a qual será dispensada quando o adquirente for uma das pessoas jurídicas de direito público interno, referidas neste artigo, ou para fins de assentamentos de caráter social. (grifo nosso)

A alienação de bens imóveis é disciplinada, via de regra, pela legislação própria das entidades estatais, sendo normalmente exigida a autorização legislativa, avaliação prévia e concorrência, sendo dispensável este último requisito quando se tratar de permuta ou doação, pois estes contratos em particular visam a pessoas ou imóveis certos, sendo incompatíveis com o procedimento licitatório.



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Os artigos 6º e 8º da Lei Estadual nº 15.608/07 complementam o texto da Constituição Estadual e dispõem sobre a alienação de bens da Administração Pública Estadual, observe-se:

**Art. 6º. A alienação de bens da Administração Pública Estadual subordina-se à:**

**I – existência de interesse público devidamente justificado;**

**II – prévia avaliação, visando à definição do preço mínimo;**

**III – autorização legislativa para os bens imóveis, bem como para bens móveis quando envolver alienação de controle societário de economia mista e empresa pública;**

**IV – licitação na modalidade de concorrência ou leilão público, desde que realizado por leiloeiro oficial ou servidor designado pela Administração.**

**Art. 8º. Será dispensada a licitação, nos seguintes casos:**

**f) doação com encargo, no caso de interesse público devidamente justificado;** (grifos nossos)

A Lei Ordinária Federal 8.666/93 em seu artigo 17 determina as condições para que sejam feitas as alienações de bens públicos:

**Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:**

**I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e**



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:

b) doação, permitida exclusivamente para outro órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera de governo, ressalvado o disposto nas alíneas f e h; (Redação dada pela Lei nº 11.481, de 2007)

f) alienação gratuita ou onerosa, aforamento, concessão de direito real de uso, locação ou permissão de uso de bens imóveis residenciais construídos, destinados ou efetivamente utilizados no âmbito de programas habitacionais ou de regularização fundiária de interesse social desenvolvidos por órgãos ou entidades da administração pública; (Redação dada pela Lei nº 11.481, de 2007) (grifo nosso)

O jurista José dos Santos Carvalho Filho leciona que "A Administração pode fazer doação de bens públicos, mas tal possibilidade deve ser tida como excepcional e atender a interesse público cumpridamente demonstrado. Qualquer violação a tais pressupostos espelha conduta ilegal e dilapidatória do patrimônio público. **São requisitos da doação de bens públicos: autorização legal, avaliação prévia e interesse público justificado.** A licitação, levando em conta a existência de interesse social da doação, será dispensável"<sup>1</sup>.

Tendo em vista a autorização para que o órgão público efetue doações sem a necessidade de licitação, quando o donatário for

<sup>1</sup> CARVALHO, José dos Santos Filho. Manual de Direito Administrativo. Lumen Juris. RJ.



**Assembléia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Comissão de Constituição e Justiça**

outro órgão ou entidade da administração pública, não haveria razão para que o legislador impedisse a doação, haja vista a expressa autorização legal.

Dessa forma, observa-se que estão presentes o requisitos necessários, quais sejam, a autorização legislativa que é dada através de lei e o interesse público.

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 18 de outubro de 2011.

**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
**PRESIDENTE**

**DEPUTADO ALEXANDRE CURI**  
**RELATOR**



## PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 776/2011

Projeto de Lei nº 776/2011

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 57/11

**Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação ao município de Ibaiti, do imóvel que especifica.**

### I – PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei 776/11, de autoria do Poder Executivo, através da mensagem 57/11, visa autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação ao município de Ibaiti do imóvel urbano com área total de 17.635,26 m², situado no loteamento denominado Jardim Vereador João Edmundo de Carvalho, conforme matrícula nº 13.123, do Registro de imóveis da Comarca de Ibaiti.

### II - RELATÓRIO

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no **Projeto de Lei nº776/2011**, na qual passo a relatar:

No que tange ao mérito da matéria, resta evidente não existir qualquer impedimento para a tramitação da presente proposição em tela, já que o projeto objetiva beneficiar o município de Ibaiti, através da doação de um espaço destinado exclusivamente ao serviço público municipal, conforme possível e necessário.

Cumpramos a nós destacar que *“Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos”*, nos termos do disposto no **Art. 33, § 7º do Regimento Interno desta Casa de Leis.**



Desta Forma, ao analisarmos o mérito da matéria em questão, destacamos a necessidade do processo para regularização emergencial dos loteamentos. O **Projeto de Lei 776/11** em análise desta Comissão, no que justifica-se, estará cobrindo a necessidade exclusiva da população, na utilização posterior deste espaço, seja na ampliação de projetos de cunho social, saúde, educação e trabalhos que beneficiem o interesse o bem estar todos.

Esta proposta, enviada pelo Poder Executivo através da Mensagem 57/11 ganha peso e méritos indiscutíveis ao vir de encontro ao interesse comum meramente justificado. Conforme cita a Mensagem enviada a este Poder Legislativo, na qual dispõem sobre o interesse público demonstrado:

**Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública subordinada à existência de interesse público devidamente justificado (...)**  
**(Art. 17 da Lei Ordinária Federal 8.666/93)**

O projeto evidencia de forma clara o mérito proposto, restando evidentes grandes benefícios em sua composição, já que a partir da presente regularização a população de Ibatiti terá estrutura legal para trabalhar projetos específicos em prol do interesse da população.

### **III - CONCLUSÕES**

Basando-se no artigo 12º da Constituição Estadual, no que se refere à Competência do Estado, relevo o Parágrafo único como embasamento de meu parecer, no que cita a relação do Estado com os Municípios em razão ao bem comum: *"A cooperação entre o Estado, a União e os Municípios será definida em lei complementar e visará ao equilíbrio do desenvolvimento e do bem estar no âmbito estadual e municipal"*. **(Art. 12º, Parágrafo Único, Seção II da Competência do Estado - Constituição do Estado do Paraná).**

A Carta magna dispõe em conjunto com a Constituição do Estado do Paraná ao tratar de sua competência de forma a trabalhar os direitos humanos e a busca de mecanismos que beneficiem a população, por esta razão tal proposição encontra fortes respaldos em seu mérito para prosseguir sua tramitação.



#### IV - VOTO DO RELATOR




O projeto em questão visa autorizar a doação de uma área ao município de Ibaí para utilização do bem público conforme a necessidade apresentada pela população. Este trabalho vem de encontro a um mérito grandioso desta proposição, permitindo ao município a utilização de uma área regularizada em prol unicamente do bem estar de todos. A tramitação desta proposição estará agilizando legalmente o processo da doação deste terreno, sem que para isto haja a necessidade de licitação.

Desta forma e pelos benefícios ora tratados, opto pela **Aprovação** do referido **Projeto de Lei 776/11**, em sua forma apresentada.

**Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.**

**Sala das Comissões em 24 de outubro de 2011.**



**MARCELO RANGEL**

**Presidente da Comissão**



**ELTON WELTER**

**Relator**





# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Fiscalização da ALEP e Assuntos Municipais



## PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 776/11

O presente Projeto de Lei apresentado pelo Poder Executivo – Mensagem nº 57/11, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação, ao Município de Ibaiti, do imóvel que especifica.

Chamada esta Comissão de Fiscalização da ALEP e Assuntos Municipais a se manifestar, entendendo ser a matéria de suma importância, manifestamo-nos pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 07 de novembro de 2011.

**DEPUTADO NELSON GARCIA**

Presidente

Relator